

CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (PREMIADO) (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2508082078M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Concurso Nacional Unificado
CNU

CARGO:

Conhecimentos Gerais para os Cargos de Nível Superior

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

8/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

8/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

CNU - 3º SIMULADO - CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (PREMIADO) (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito: democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um seminário internacional sobre transições democráticas na América Latina, Carla, pesquisadora brasileira, apresenta o caso da redemocratização do Brasil e afirma que a Constituição de 1988 representou uma ruptura com o modelo autoritário anterior, instituindo um novo paradigma jurídico e político baseado na centralidade da dignidade humana e na ampliação dos direitos sociais.

Com base na situação apresentada, e considerando os fundamentos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 é formalmente democrática, mas preservou a estrutura autoritária do regime militar, inclusive no tocante aos direitos fundamentais.
- (B) A Carta de 1988 reforçou o modelo de Estado mínimo, restringindo a atuação estatal às liberdades individuais.
- (C) A nova ordem constitucional rompeu com o autoritarismo ao consagrar a dignidade da pessoa humana e os direitos sociais como fundamentos da República.
- (D) A transição brasileira para a democracia foi marcada pela revogação de todos os atos institucionais do regime militar por meio da Emenda Constitucional n. 26/1985.
- (E) A Constituição de 1988 restringiu os mecanismos de participação popular direta para fortalecer o modelo representativo.

2

Em um processo de reestruturação democrática, o Estado brasileiro adotou um modelo jurídico-político que assegura a prevalência da Constituição sobre os demais atos normativos, bem como a submissão de todos, inclusive dos governantes, à ordem jurídica.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que melhor representa o conceito de Estado de Direito, conforme adotado pela Constituição de 1988.

- (A) O Estado de Direito é aquele no qual os direitos sociais são definidos exclusivamente por leis infraconstitucionais.
- (B) No Estado de Direito, o exercício do poder é limitado pelo ordenamento jurídico, garantindo a proteção dos direitos fundamentais.

- (C) O Estado de Direito é compatível com a ausência de controle de constitucionalidade das leis, desde que exista alternância no poder.
- (D) O Estado de Direito impõe aos cidadãos a obediência irrestrita às ordens estatais, mesmo quando violam a Constituição.
- (E) O Estado de Direito moderno exige a supremacia do Poder Executivo como garantidor da ordem e da estabilidade jurídica.

3

Durante o processo eleitoral, surgiram debates sobre o papel dos partidos políticos no fortalecimento da democracia. Um grupo de juristas sustentou que a representatividade política, embora essencial, não é suficiente para garantir a efetividade da cidadania e que seria necessário ampliar os canais de participação direta.

Com base nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal veda a utilização de mecanismos de participação direta, como plebiscito e referendo.
- (B) A democracia participativa substitui o modelo representativo nas decisões políticas nacionais.
- (C) A Constituição admite apenas o voto como instrumento de exercício da soberania popular.
- (D) A democracia brasileira combina elementos representativos e participativos, como iniciativa popular, referendo e plebiscito.
- (E) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio dos partidos políticos registrados no TSE.

4

Em um contexto de calamidade pública, o Executivo editou uma medida provisória que limitava o funcionamento de organizações da sociedade civil e previa a possibilidade de suspensão de registros de entidades que se manifestassem contra ações do governo. Diversas entidades ingressaram com ações diretas de inconstitucionalidade no STF.

Considerando os fundamentos da ordem constitucional democrática, assinale a alternativa correta.

- (A) A liberdade de associação pode ser suspensa por ato unilateral do Executivo em casos excepcionais.
- (B) O Estado pode extinguir associações sem decisão judicial quando houver interesse público relevante.
- (C) A Constituição assegura a livre criação e funcionamento das associações, sendo vedada a interferência estatal.
- (D) A atuação crítica das organizações da sociedade civil viola o dever de lealdade institucional.
- (E) O STF não possui competência para julgar medidas provisórias que restrinjam liberdades civis.

5

Em audiência pública sobre políticas de segurança, um representante da sociedade civil argumentou que a violência de Estado, quando sistemática e dirigida contra populações vulneráveis, deve ser reconhecida como violação de direitos humanos e tratada por meio de mecanismos específicos de reparação e prevenção.

Considerando os compromissos do Estado brasileiro com os direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 não reconhece a responsabilidade do Estado por atos de seus agentes de segurança pública.
- (B) A responsabilização do Estado por violações de direitos humanos depende de prova de culpa individual do agente.
- (C) O Estado responde objetivamente por atos lesivos causados por seus agentes, inclusive no uso abusivo da força.
- (D) A reparação estatal por violência de Estado só é cabível se houver sentença penal condenatória.
- (E) O sistema constitucional não prevê políticas públicas voltadas à prevenção da violência institucional.

Políticas públicas

José Wesley

6

A intersetorialidade nas políticas públicas é um conceito cada vez mais relevante no cenário atual brasileiro. Sobre essa abordagem, assinale a alternativa correta:

- (A) A intersetorialidade implica que as ações governamentais devem ser executadas de forma isolada, por cada secretaria ou órgão, sem conexão.
- (B) É a capacidade de uma política pública de resolver problemas complexos ao focar em apenas um setor, sem a necessidade de articulação com outros.
- (C) A intersetorialidade busca a articulação e a coordenação entre diferentes setores (saúde, educação, assistência social etc.) para abordar problemas complexos de forma integral.
- (D) O conceito de intersetorialidade é sinônimo de descentralização e delegação de poder a entes subnacionais.
- (E) A principal vantagem da intersetorialidade é a redução de custos, mesmo que isso comprometa a eficácia das ações.

7

A avaliação de políticas públicas é uma etapa crucial para garantir a responsabilidade e a melhoria contínua das ações governamentais. Qual tipo de avaliação se concentra em verificar se os recursos (humanos, financeiros, materiais) foram utilizados de forma otimizada para atingir os objetivos propostos, buscando a relação entre insumos e produtos?

- (A) Avaliação de impacto.
- (B) Avaliação de resultados.
- (C) Avaliação de processo/implementação.
- (D) Avaliação de custo-benefício.
- (E) Avaliação de eficiência.

8

No contexto do federalismo e descentralização no Brasil, os conselhos de políticas públicas (como Conselhos de Saúde ou de Assistência Social) desempenham um papel fundamental. Sobre a atuação desses conselhos, é correto afirmar que:

- (A) São meros órgãos consultivos sem poder decisório real na formulação e implementação das políticas.
- (B) Sua existência é facultativa e depende da vontade política dos gestores locais para serem criados.
- (C) Atuam como espaços de controle social, promovendo a participação da sociedade civil e buscando a fiscalização e deliberação sobre as políticas setoriais.
- (D) Têm a função exclusiva de monitorar a aplicação de recursos financeiros, sem interferência na definição das diretrizes das políticas.
- (E) Foram criados para centralizar as decisões em nível federal, minimizando a autonomia dos estados e municípios.

9

A formulação de uma política pública é uma etapa crítica no ciclo de políticas, sucedendo a inclusão na agenda. Marque a alternativa que descreve corretamente o que acontece nessa fase:

- (A) É o momento em que os problemas sociais são identificados e reconhecidos como demandas públicas.
- (B) Consiste na implementação prática das ações e programas planejados, com a alocação de recursos e execução das atividades.
- (C) Envolve a definição dos objetivos da política, a análise de alternativas de ação, a escolha dos instrumentos e a elaboração de propostas detalhadas para resolver o problema.
- (D) Corresponde à avaliação dos resultados da política após sua execução, para verificar seu impacto na sociedade.
- (E) Refere-se à fase de monitoramento contínuo das atividades para garantir que estão sendo realizadas conforme o planejado.

10

Um estado brasileiro, ao desenvolver um plano de segurança pública, decide que, para combater a criminalidade, não basta apenas o policiamento. O plano prevê ações coordenadas entre secretarias de segurança, educação, saúde e assistência social, com programas de inserção no mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade, atendimento psicossocial para vítimas de violência e atividades esportivas e culturais em áreas de risco. Essa abordagem exemplifica o conceito de:

- (A) Descentralização administrativa.
- (B) Regulação estatal.
- (C) Transversalidade.
- (D) Judicialização de políticas.
- (E) Privatização de serviços.

Princípios e Valores Éticos do Serviço Público, Seus Direitos e Deveres

Glauber Marinho

11

Dos ocupantes desses cargos não se espera um vínculo eventual ou superficial, mas uma concentração, intelectual e emocional, na função pública escolhida. Por isso, essa função tem que estar relacionada a um talento real, desenvolvido pela educação e pela experiência ao exercê-la.

Ética e Serviço Público. Módulo 3: A Conduta no Serviço Público. Enap, 2016
<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/3043>

Considerando os princípios e valores éticos do serviço público, seus direitos e deveres, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma dedicação plena e por toda uma vida só pode dar certo se o candidato ao cargo tiver, além do empenho para servir à comunidade, a competência e o gosto para fazer o que se vincula a interesses pessoais
- (B) Imparcialidade significa uma abordagem razoavelmente distanciada e serena do trabalho a fazer. Isso não significa indiferença ou frieza: trata-se apenas de evitar que sentimentos explosivos atrapalhem o nosso desempenho.
- (C) Civilidade é uma "postura" porque une a disposição interna para agir corretamente com a aparência desse agir. Decoro, do latim decorum, é "a face pública de um estado pessoal da honradez
- (D) A boa carreira na estrutura administrativa do Estado é uma síntese de vocação e aptidão para lidar com as questões próprias do serviço prescrito.
- (E) O profissionalismo do serviço público está circunscrito ao exercício talentoso de uma função.

Ética e Integridade

Rafael de Oliveira

12

A Governança Pública consiste em um conjunto de mecanismos, instâncias e práticas por meio das quais os agentes públicos e privados articulam interesses, tomam decisões e implementam ações para a promoção do bem comum. Nesse contexto, a governança pública

- (A) prescinde da accountability, pois esta é substituída pelo controle jurisdicional dos atos administrativos.
- (B) baseia-se exclusivamente em normas legais, sendo incompatível com valores como integridade e transparência.
- (C) tem como pilares a liderança, a estratégia e o controle, buscando assegurar os resultados pretendidos pela sociedade.
- (D) prioriza a centralização decisória, como forma de garantir a eficiência administrativa e o comando único.
- (E) substitui os instrumentos tradicionais de planejamento público por mecanismos de mercado e autorregulação.

13

Os sistemas de governança são estruturados para promover o alinhamento entre as ações administrativas e os objetivos institucionais, garantindo a entrega de valor público. A respeito das características de um sistema eficaz de governança no setor público, assinale a alternativa correta:

- (A) Um sistema de governança eficaz deve excluir os mecanismos de participação social, priorizando a eficiência técnica.
- (B) A atuação dos sistemas de governança limita-se às instâncias de controle externo, como tribunais de contas.
- (C) O desempenho de um sistema de governança pública está desvinculado da gestão de riscos e dos controles internos.
- (D) Sistemas de governança devem considerar princípios como transparência, equidade, responsabilidade e accountability.
- (E) A governança pública é um conceito aplicável apenas à esfera federal, não alcançando estados e municípios.

14

A Lei n. 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o direito fundamental de acesso à informação pública e impõe à administração pública o dever de garantir a transparência ativa e passiva de suas ações. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o direito de acesso à informação restringe-se aos cidadãos brasileiros, sendo vedado a estrangeiros não residentes.
- (B) informações classificadas como ultrassecretas podem ser mantidas em sigilo por prazo indeterminado, conforme avaliação da autoridade competente.
- (C) a publicidade é a regra geral, e o sigilo, a exceção, devendo este ser devidamente justificado nos termos da legislação.
- (D) o acesso à informação depende de prévio interesse jurídico demonstrado pelo solicitante, para evitar pedidos abusivos.
- (E) a administração pública não é obrigada a divulgar proativamente dados relacionados à sua estrutura organizacional e despesas.

Diversidade e inclusão na sociedade.

Aline Menezes

15

Com o avanço da inteligência artificial e do uso de algoritmos em decisões automatizadas, diversas pesquisas têm apontado para a reprodução de desigualdades sociais, incluindo o racismo, por sistemas tecnológicos. Um exemplo emblemático foi o caso de softwares de reconhecimento facial que apresentaram taxas significativamente maiores de erro na identificação de pessoas negras, em comparação com pessoas brancas. Tais falhas reforçam a urgência de uma discussão ética e regulatória sobre o uso da tecnologia na sociedade.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) O racismo algorítmico é um fenômeno superado, já que algoritmos são imparciais por sua natureza matemática.
- (B) A reprodução de vieses raciais em algoritmos se dá exclusivamente pela intenção discriminatória dos programadores.
- (C) O racismo algorítmico decorre, entre outros fatores, dos dados históricos enviesados usados no treinamento das inteligências artificiais.
- (D) Os sistemas automatizados são projetados para corrigir desigualdades sociais, não sendo necessário monitoramento externo.
- (E) A responsabilidade pelo racismo algorítmico é exclusiva do usuário final da tecnologia, e não das empresas que a desenvolvem.

16

O termo *racismo ambiental* foi cunhado por movimentos sociais para denunciar a desigualdade na distribuição dos impactos socioambientais, especialmente sobre populações racializadas e marginalizadas. No Brasil, comunidades negras, quilombolas e indígenas frequentemente são expostas a riscos ambientais maiores, como ausência de saneamento básico, poluição industrial e desastres socioambientais, enquanto têm menor acesso a políticas públicas de mitigação e reparação.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- (A) O racismo ambiental refere-se exclusivamente à discriminação de espécies animais em áreas de conservação ambiental.
- (B) O conceito de racismo ambiental é restrito à realidade norte-americana e não se aplica ao Brasil.
- (C) Racismo ambiental é um conceito utilizado para designar o preconceito contra movimentos ecológicos radicais.
- (D) O racismo ambiental ocorre quando populações vulneráveis, geralmente negras e indígenas, são desproporcionalmente afetadas por degradação ambiental e excluídas das decisões políticas que envolvem o território.
- (E) A responsabilização do Estado por práticas de racismo ambiental não encontra amparo no ordenamento jurídico brasileiro.

17

O termo *racismo recreativo* foi proposto pelo jurista Adilson Moreira para descrever práticas em que a população negra é alvo de piadas, memes, estereótipos e representações que, sob o disfarce do humor, reforçam a inferiorização de sua identidade cultural e social. Essas práticas, ainda que muitas vezes naturalizadas, perpetuam a lógica de subordinação racial e colaboram para a manutenção do racismo estrutural.

Com base no conceito de racismo recreativo, assinale a alternativa correta:

- (A) O racismo recreativo é uma forma legítima de crítica social por meio do humor e, por isso, não deve ser combatido.
- (B) O racismo recreativo é uma forma de violência simbólica que reforça estigmas raciais sob a aparência de “brincadeira” ou “piada”.
- (C) Por ocorrer no campo do entretenimento, o racismo recreativo não produz efeitos reais na autoestima e na dignidade das vítimas.
- (D) Não é possível classificar manifestações humorísticas como racismo, uma vez que não envolvem intenção explícita de ofensa.
- (E) A liberdade de expressão garante o direito de fazer piadas racializadas, mesmo que reforcem desigualdades históricas.

18

Em uma empresa multinacional, o relatório anual de diversidade apontou que, embora 60% dos cargos de nível técnico e analista sejam ocupados por mulheres, apenas 15% das posições de liderança (gerência e diretoria) estão sob comando feminino. Além disso, observou-se que mulheres com filhos recebem menos oportunidades de ascensão, mesmo apresentando desempenho semelhante ao dos homens da equipe.

Esse cenário ilustra uma barreira estrutural enfrentada por mulheres no mercado de trabalho, conhecida como:

- (A) Trabalho invisível.
- (B) Teto de vidro.
- (C) Assédio moral.
- (D) Interseccionalidade.
- (E) Glass cliff (penhasco de vidro).

Administração Pública Federal

Bruno Eduardo

19

Durante uma auditoria de conformidade realizada por uma controladoria interna, foi identificado que uma fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde contratou, sem licitação, uma empresa pertencente a parente de servidor ocupante de cargo em comissão. A justificativa apresentada foi a urgência da contratação e o histórico de confiança na empresa. Com base na situação hipotética e nos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade administrativa autoriza a contratação direta em situações de conveniência administrativa, mesmo sem respaldo normativo.
- (B) A impessoalidade busca evitar favorecimentos e deve ser assegurada, mesmo em contratações com fundamento em urgência.
- (C) A moralidade administrativa refere-se apenas à conduta dos servidores, não se aplicando às relações contratuais do ente público.
- (D) O princípio da publicidade admite exceções sempre que o agente público considerar que o ato possa gerar controvérsia.
- (E) A eficiência administrativa permite substituir os critérios legais por critérios gerenciais em situações emergenciais.

20

Um servidor da área de planejamento de uma autarquia federal elaborou um relatório comparando as reformas administrativas brasileiras desde 1930. Ao revisar os modelos adotados em cada período, buscou destacar os elementos da transição do modelo burocrático para o gerencial. Com base na evolução das reformas da Administração Pública no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O modelo patrimonialista, vigente até meados do século XX, já adotava critérios meritocráticos para seleção de servidores.
- (B) A reforma gerencial, a partir de 1995, eliminou todos os mecanismos de controle da administração burocrática.
- (C) A Constituição de 1988 reforçou exclusivamente a centralização administrativa federal, sem impacto sobre princípios gerenciais.
- (D) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) suprimiu a exigência de concursos públicos em nome da flexibilidade gerencial.
- (E) O Decreto-Lei n. 200/1967 introduziu diretrizes de descentralização e fortaleceu a administração indireta.

21

Uma equipe do Ministério da Gestão realiza oficinas com servidores para esclarecer as diferenças entre os entes e entidades que compõem a Administração Pública, principalmente quanto à personalidade jurídica, autonomia e vínculo com o Estado. Com base na estrutura organizacional da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Os ministérios, autarquias e fundações públicas integram a administração direta da União.
- (B) As sociedades de economia mista são entidades de direito público vinculadas à administração direta.
- (C) As empresas públicas são entidades privadas controladas por capital estrangeiro, integrando o setor privado.
- (D) As fundações públicas podem ser regidas por direito público ou privado, conforme sua lei instituidora.
- (E) As agências reguladoras fazem parte da administração direta, vinculadas aos órgãos centrais da Presidência da República.

22

Durante o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA), um servidor da Secretaria de Planejamento buscou consultar o sistema oficial que consolida informações de programas e ações governamentais. Também precisou acessar dados financeiros sobre a execução orçamentária da União. Com base nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O SIAFI é o sistema utilizado para acompanhamento de convênios e parcerias com entes subnacionais.
- (B) O SIAPE gerencia as informações sobre contratos administrativos e licitações de obras públicas.
- (C) O SIGPlan concentra as informações de planejamento governamental, como o PPA, LDO e LOA.
- (D) O SICONV é utilizado para execução de folha de pagamento e benefícios dos servidores públicos federais.
- (E) O SIORG é o sistema responsável pela consolidação da execução contábil e financeira da União.

Fundamentos das Finanças Públicas, Tributação e do Planejamento-Orçamento (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)

Anderson Ferreira

23

A Lei n. 14.802/2024, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período entre 2024 e 2027, estabeleceu alguns importantes conceitos. Das alternativas a seguir, assinale aquela que não estabelece o conceito correto.

- (A) As diretrizes são orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos e os programas que compõem o PPA, validados por processo de participação social.
- (B) A visão de futuro é a situação desejada para o país.
- (C) Os valores são considerados declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças estratégicas a serem realizadas na sociedade no período compreendido pelo PPA.
- (D) Os programas finalísticos são um conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários com vistas à concretização do objetivo.
- (E) A meta é o valor esperado para o indicador, no período a que se refere.

24

Boa parte do conteúdo relacionado ao orçamento público, de acordo com a Constituição, é instituído por lei ordinária. Contudo, a Constituição estabelece que determinados conteúdos devem ser disciplinados por lei complementar. Nesse sentido, assinale a alternativa que define corretamente um dos conteúdos de orçamento público que deverá ser instituído por lei complementar.

- (A) Créditos adicionais extraordinários.
- (B) Orçamento da seguridade social.
- (C) Demonstrativo do efeito de renúncias fiscais sobre as receitas e despesas.
- (D) Anexo com previsão de agregados fiscais.
- (E) Normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

25

Sobre os fundamentos de finanças públicas na Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central.
- (B) É permitido ao Banco Central o empréstimo de recursos ao Tesouro Nacional.
- (C) A competência para emissão de moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.
- (D) É permitido ao Banco Central a compra e venda de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, como um dos instrumentos de política monetária.
- (E) Lei complementar disporá sobre a concessão de garantias pelas entidades públicas.

26

Acerca das disposições constitucionais sobre as emendas parlamentares impositivas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os recursos podem ser repassados por transferência especial ou transferência com finalidade definida.
- (B) Os restos a pagar oriundos das emendas impositivas podem ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 1% da receita corrente líquida do exercício anterior ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária, no caso de emendas individuais impositivas.
- (C) Se verificado o risco de não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, a execução das emendas impositivas pode ser reduzida na mesma proporção das demais despesas discricionárias.
- (D) Pelo menos 60% das transferências especiais serão aplicadas em despesas de capital.
- (E) Os recursos transferidos não integrarão a receita do ente subnacional para fins de repartição e para o cálculo de limites de despesas com pessoal.

Trabalho e tecnologia

Vitor Kessler

27

Em uma grande cidade brasileira, a prefeitura lançou um programa de geração de renda por meio de uma plataforma digital que conecta cidadãos desempregados a tarefas temporárias, como entregas, serviços domésticos e apoio logístico em eventos. Após seis meses, observou-se que a maioria dos trabalhadores atuava sem vínculo formal e sem acesso à previdência. Diante desse cenário, assinale a alternativa que melhor caracteriza essa forma de relação de trabalho.

- (A) Trata-se de um modelo tradicional de emprego com carteira assinada, ampliado pelas tecnologias digitais.
- (B) O caso reflete a retomada dos vínculos formais de trabalho típicos da era industrial.
- (C) A situação ilustra um exemplo de economia solidária, com garantia de direitos sociais aos trabalhadores.
- (D) Trata-se de um caso de uberização do trabalho, em que há intermediação tecnológica e desproteção trabalhista.
- (E) A prefeitura, ao intermediar os contratos, transforma automaticamente todos os vínculos em empregos formais.

28

Durante a modernização de um órgão público federal, a equipe de tecnologia da informação propôs a adoção de chatbots para atendimento ao cidadão, sistemas preditivos para alocação de recursos e um algoritmo de triagem de processos administrativos. A direção questionou se tais tecnologias estariam alinhadas com os princípios da administração pública previstos na Constituição Federal. Considerando o contexto apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso de tecnologias como IA viola o princípio da legalidade, pois não está previsto expressamente em lei.
- (B) A automação das decisões administrativas ataca o princípio da publicidade, ao dificultar a compreensão dos critérios utilizados.
- (C) A adoção de soluções de IA pode atender aos princípios da eficiência e da economicidade, desde que haja transparência e supervisão humana.
- (D) O uso de algoritmos em decisões públicas só é permitido em órgãos do Poder Judiciário.
- (E) A utilização de chatbots é inconstitucional por impedir o contato humano e ferir o princípio da dignidade da pessoa humana.

29

Um tribunal de contas estadual decidiu automatizar a análise preliminar de prestações de contas usando algoritmos de detecção de anomalias. Após alguns meses, identificou-se que determinadas entidades públicas estavam sendo sistematicamente sinalizadas como irregulares, embora não apresentassem falhas. Diante dessa situação, avalie as alternativas a seguir:

- (A) O uso de IA nesse contexto elimina completamente o risco de erros humanos, tornando desnecessária a revisão das análises.
- (B) A situação retrata um caso típico de viés algorítmico, em que a aprendizagem da máquina reproduz distorções existentes nos dados.
- (C) O erro foi causado unicamente por falha humana na interpretação dos resultados, sem relação com o sistema automatizado.
- (D) A automação total do processo é recomendada justamente para evitar desvios de julgamento humano.
- (E) Algoritmos de detecção de anomalias não são apropriados para o setor público, devendo ser usados apenas no setor privado.

30

Ana é servidora pública e atua na gestão de recursos humanos de uma autarquia federal. Seu setor passou a utilizar um sistema automatizado para triagem de currículos em concursos públicos internos. No entanto, alguns candidatos reclamaram que foram desclassificados mesmo com perfis adequados. Ana foi designada para avaliar o sistema. Considerando esse cenário, analise as afirmativas abaixo e marque com (V) para verdadeira ou (F) para falsa.

- () A utilização de sistemas automatizados deve ser acompanhada de mecanismos de transparência, que permitam compreender os critérios de seleção.
- () A adoção de IA dispensa a revisão humana, já que algoritmos são imparciais por natureza.
- () É essencial que sistemas de triagem baseados em IA passem por auditorias técnicas e testes de viés.

- (A) (V), (F), (V)
- (B) (V), (V), (V)
- (C) (F), (F), (V)
- (D) (F), (V), (F)
- (E) (V), (F), (F)



3º Simulado
Concurso Nacional Unificado
Conhecimentos Gerais para os Cargos de Nível Superior
(Premiado) (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	C	C	C	E	C	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	D	C	C	D	B	B	B	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	C	C	E	B	D	D	C	B	A

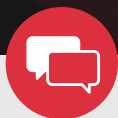


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

CNU - 3º SIMULADO - CONHECIMENTOS GERAIS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (PREMIADO) (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS GERAIS

Desafios do estado de direito:

democracia e cidadania

Samuel Marques

1

Durante um seminário internacional sobre transições democráticas na América Latina, Carla, pesquisadora brasileira, apresenta o caso da redemocratização do Brasil e afirma que a Constituição de 1988 representou uma ruptura com o modelo autoritário anterior, instituindo um novo paradigma jurídico e político baseado na centralidade da dignidade humana e na ampliação dos direitos sociais.

Com base na situação apresentada, e considerando os fundamentos da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 é formalmente democrática, mas preservou a estrutura autoritária do regime militar, inclusive no tocante aos direitos fundamentais.
- (B) A Carta de 1988 reforçou o modelo de Estado mínimo, restringindo a atuação estatal às liberdades individuais.
- (C) A nova ordem constitucional rompeu com o autoritarismo ao consagrar a dignidade da pessoa humana e os direitos sociais como fundamentos da República.
- (D) A transição brasileira para a democracia foi marcada pela revogação de todos os atos institucionais do regime militar por meio da Emenda Constitucional n. 26/1985.
- (E) A Constituição de 1988 restringiu os mecanismos de participação popular direta para fortalecer o modelo representativo.

Letra c.

Assunto abordado: Formação histórica do Estado Democrático de Direito.

- (A) Errada. A CF/1988 rompeu com o modelo autoritário e ampliou os direitos fundamentais, inclusive os sociais.
- (B) Errada. A CF/1988 adota o modelo de Estado Social, com ampla atuação estatal na garantia de direitos sociais.
- (C) Certa. O art. 1º da CF/1988 traz como fundamentos a dignidade da pessoa humana, a cidadania e o pluralismo político — expressões claras da ruptura com o autoritarismo.

(D) Errada. A EC n. 26/1985 convocou a Assembleia Nacional Constituinte, mas os atos institucionais foram revogados com a nova ordem constitucional de 1988.

(E) Errada. A Constituição ampliou a participação popular direta por meio de plebiscitos, referendos e iniciativa popular.

2

Em um processo de reestruturação democrática, o Estado brasileiro adotou um modelo jurídico-político que assegura a prevalência da Constituição sobre os demais atos normativos, bem como a submissão de todos, inclusive dos governantes, à ordem jurídica.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que melhor representa o conceito de Estado de Direito, conforme adotado pela Constituição de 1988.

- (A) O Estado de Direito é aquele no qual os direitos sociais são definidos exclusivamente por leis infraconstitucionais.
- (B) No Estado de Direito, o exercício do poder é limitado pelo ordenamento jurídico, garantindo a proteção dos direitos fundamentais.
- (C) O Estado de Direito é compatível com a ausência de controle de constitucionalidade das leis, desde que exista alternância no poder.
- (D) O Estado de Direito impõe aos cidadãos a obediência irrestrita às ordens estatais, mesmo quando violam a Constituição.
- (E) O Estado de Direito moderno exige a supremacia do Poder Executivo como garantidor da ordem e da estabilidade jurídica.

Letra b.

Assunto abordado: Estado de Direito e Constituição.

- (A) Errada. Os direitos sociais são assegurados diretamente pela Constituição e não dependem exclusivamente de leis infraconstitucionais.
- (B) Certa. Essa é a essência do Estado de Direito: limitação do poder e garantia de direitos fundamentais.
- (C) Errada. O controle de constitucionalidade é um dos mecanismos essenciais do Estado de Direito.
- (D) Errada. Ordens estatais que violam a Constituição não possuem legitimidade no Estado de Direito.
- (E) Errada. A supremacia não é do Executivo, mas da Constituição.

3

Durante o processo eleitoral, surgiram debates sobre o papel dos partidos políticos no fortalecimento da democracia. Um grupo de juristas sustentou que a representatividade política, embora essencial, não é suficiente para garantir a efetividade da cidadania e que seria necessário ampliar os canais de participação direta.

Com base nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal veda a utilização de mecanismos de participação direta, como plebiscito e referendo.
- (B) A democracia participativa substitui o modelo representativo nas decisões políticas nacionais.
- (C) A Constituição admite apenas o voto como instrumento de exercício da soberania popular.
- (D) A democracia brasileira combina elementos representativos e participativos, como iniciativa popular, referendo e plebiscito.
- (E) A soberania popular é exercida exclusivamente por meio dos partidos políticos registrados no TSE.

Letra d.

Assunto abordado: Democracia e cidadania.

- (A) Errada. A CF/1988 admite expressamente o plebiscito e o referendo como formas de soberania popular (art. 14).
- (B) Errada. A democracia participativa complementa, mas não substitui, a representativa.
- (C) Errada. Além do voto, há outras formas de participação popular previstas na CF.
- (D) Certa. O art. 14 da CF/1988 consagra o modelo misto de democracia: representativa e participativa.
- (E) Errada. A soberania popular se manifesta também por meio de mecanismos extrapartidários, como a iniciativa popular.

4

Em um contexto de calamidade pública, o Executivo editou uma medida provisória que limitava o funcionamento de organizações da sociedade civil e previa a possibilidade de suspensão de registros de entidades que se manifestassem contra ações do governo. Diversas entidades ingressaram com ações diretas de inconstitucionalidade no STF.

Considerando os fundamentos da ordem constitucional democrática, assinale a alternativa correta.

- (A) A liberdade de associação pode ser suspensa por ato unilateral do Executivo em casos excepcionais.
- (B) O Estado pode extinguir associações sem decisão judicial quando houver interesse público relevante.
- (C) A Constituição assegura a livre criação e funcionamento das associações, sendo vedada a interferência estatal.
- (D) A atuação crítica das organizações da sociedade civil viola o dever de lealdade institucional.
- (E) O STF não possui competência para julgar medidas provisórias que restrinjam liberdades civis.

Letra c.

Assunto abordado: Direitos fundamentais e separação dos poderes.

- (A) Errada. A liberdade de associação só pode ser restringida por decisão judicial, e não por ato administrativo.
- (B) Errada. A dissolução ou suspensão de associações só ocorre por decisão judicial (art. 5º, XIX, da CF).
- (C) Certa. A Constituição protege a livre associação, sem interferência estatal.
- (D) Errada. A crítica institucional é parte do regime democrático e não afronta a ordem constitucional.
- (E) Errada. O STF tem competência para julgar ações diretas contra medidas provisórias federais.

5

Em audiência pública sobre políticas de segurança, um representante da sociedade civil argumentou que a violência de Estado, quando sistemática e dirigida contra populações vulneráveis, deve ser reconhecida como violação de direitos humanos e tratada por meio de mecanismos específicos de reparação e prevenção.

Considerando os compromissos do Estado brasileiro com os direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição de 1988 não reconhece a responsabilidade do Estado por atos de seus agentes de segurança pública.
- (B) A responsabilização do Estado por violações de direitos humanos depende de prova de culpa individual do agente.
- (C) O Estado responde objetivamente por atos lesivos causados por seus agentes, inclusive no uso abusivo da força.
- (D) A reparação estatal por violência de Estado só é cabível se houver sentença penal condenatória.
- (E) O sistema constitucional não prevê políticas públicas voltadas à prevenção da violência institucional.

Letra c.

Assunto abordado: Violência de Estado e reparação.

- (A) Errada. O art. 37, § 6º, da CF/1988 prevê a responsabilidade objetiva do Estado por atos de seus agentes.
- (B) Errada. A responsabilidade do Estado é objetiva, independentemente de culpa individual.
- (C) Certa. O Estado responde objetivamente por atos abusivos de seus agentes no exercício da função.
- (D) Errada. A responsabilização civil independe de condenação penal.
- (E) Errada. A CF/1988 prevê políticas públicas e controle externo da atividade policial (art. 129, VII).

Políticas públicas

José Wesley

6

A intersectorialidade nas políticas públicas é um conceito cada vez mais relevante no cenário atual brasileiro. Sobre essa abordagem, assinale a alternativa correta:

- (A) A intersectorialidade implica que as ações governamentais devem ser executadas de forma isolada, por cada secretaria ou órgão, sem conexão.
- (B) É a capacidade de uma política pública de resolver problemas complexos ao focar em apenas um setor, sem a necessidade de articulação com outros.
- (C) A intersectorialidade busca a articulação e a coordenação entre diferentes setores (saúde, educação, assistência social etc.) para abordar problemas complexos de forma integral.
- (D) O conceito de intersectorialidade é sinônimo de descentralização e delegação de poder a entes subnacionais.
- (E) A principal vantagem da intersectorialidade é a redução de custos, mesmo que isso comprometa a eficácia das ações.

Letra c.

Assunto abordado: Intersectorialidade e transversalidade.

- (A) Errada. A intersectorialidade opõe-se à execução isolada, preconizando a articulação.
- (B) Errada. Problemas complexos exigem abordagens integrais e articuladas, e não o foco em um único setor.
- (C) Certa. A intersectorialidade é fundamental para enfrentar problemas públicos que possuem múltiplas dimensões, exigindo a colaboração entre diferentes áreas da administração.
- (D) Errada. Embora possa estar relacionada com a descentralização, não são conceitos sinônimos. A intersectorialidade se refere à articulação de setores, não à delegação de poder.
- (E) Errada. A intersectorialidade visa melhorar a eficácia e a efetividade das políticas, embora possa eventualmente levar à otimização de recursos, não é seu objetivo principal a redução de custos a qualquer preço.

7

A avaliação de políticas públicas é uma etapa crucial para garantir a responsabilidade e a melhoria contínua das ações governamentais. Qual tipo de avaliação se concentra em verificar se os recursos (humanos, financeiros, materiais) foram utilizados de forma otimizada para atingir os objetivos propostos, buscando a relação entre insumos e produtos?

- (A) Avaliação de impacto.
- (B) Avaliação de resultados.
- (C) Avaliação de processo/implementação.
- (D) Avaliação de custo-benefício.
- (E) Avaliação de eficiência.

Letra e.

Assunto abordado: Ciclos de políticas públicas: monitoramento e avaliação. 2.3. Levantamento, sistematização, análise e interpretação de dados quantitativos, qualitativos e indicadores de políticas públicas.

- (A) Errada. A avaliação de impacto mede as mudanças de longo prazo atribuíveis à política.
- (B) Errada. A avaliação de resultados verifica os efeitos imediatos ou de curto/médio prazo da política.
- (C) Errada.. A avaliação de processo/implementação verifica como a política foi executada, seus procedimentos e atividades.

(D) Errada. A avaliação de custo-benefício compara os custos monetários da política com seus benefícios monetários.

(E) Certa. A avaliação de eficiência foca na relação entre os recursos utilizados (insumos) e os produtos gerados, buscando otimização e a melhor forma de fazer as coisas.

8

No contexto do federalismo e descentralização no Brasil, os conselhos de políticas públicas (como Conselhos de Saúde ou de Assistência Social) desempenham um papel fundamental. Sobre a atuação desses conselhos, é correto afirmar que:

- (A) São meros órgãos consultivos sem poder decisório real na formulação e implementação das políticas.
- (B) Sua existência é facultativa e depende da vontade política dos gestores locais para serem criados.
- (C) Atuam como espaços de controle social, promovendo a participação da sociedade civil e buscando a fiscalização e deliberação sobre as políticas setoriais.
- (D) Têm a função exclusiva de monitorar a aplicação de recursos financeiros, sem interferência na definição das diretrizes das políticas.
- (E) Foram criados para centralizar as decisões em nível federal, minimizando a autonomia dos estados e municípios.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

☎ (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora